



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA APARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE GRADUAÇÃO DE ARQUIVOLOGIA**

JANICE DA SILVA VIEGAS

ORGANIZAÇÃO DO FUNDO ARQUIVÍSTICO RICARDO VIEIRA COUTINHO:

Um estudo de caso

JOÃO PESSOA

2018

JANICE DA SILVA VIEGAS

ORGANIZAÇÃO DO FUNDO ARQUIVÍSTICO RICARDO VIEIRA COUTINHO:

Um estudo de caso

Artigo apresentado ao Curso de Graduação em Arquivologia da Universidade Federal da Paraíba como trabalho de conclusão de curso para obtenção do título de Bacharel em Arquivologia.

Orientadora: Profa. Dra. Julianne Teixeira e Silva

JOÃO PESSOA

2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

D111o da Silva Viégas, Janice .

Organização do Fundo Arquivístico Ricardo Vieira Coutinho: um estudo de caso / Janice da Silva Viégas. – João Pessoa, 2018.
32f.: il.

Orientador(a): Prof^a Msc. Julianne Teixeira e Silva.
Trabalho de Conclusão de Curso (Arquivologia) – UFPB/CCSA.

1. Organização documental. 2. Arquivos privados pessoais. 3. Arquivos privados de personalidades públicas. I. Título.

UFPB/CCSA/BS

CDU:930.25(043.2)

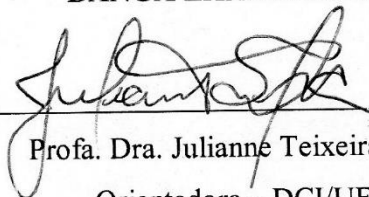
JANICE DA SILVA VIEGAS

**ORGANIZAÇÃO DO FUNDO ARQUIVÍSTICO RICARDO VIEIRA COUTINHO: um
estudo de caso**

Artigo apresentado ao Curso de Graduação em Arquivologia da Universidade Federal da Paraíba como trabalho de conclusão de curso para obtenção do título de Bacharel em Arquivologia.

Aprovado: 09/11/2018.

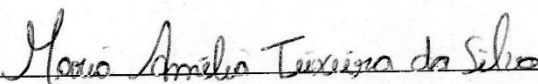
BANCA EXAMINADORA:



Prof. Dra. Julianne Teixeira e Silva
Orientadora – DCI/UFPB



Prof. Dra. Rosa Zuleide Lima de Brito
Examinadora – DCI/UFPB



Prof. Ms. Maria Amélia Teixeira da Silva
Examinadora – DCI/UFPB

DEDICATÓRIA

A Deus, autor do meu destino,
que permitiu a realização deste sonho.
DEDICO COM MUITO AMOR E CARINHO!

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, que em sua infinita bondade colocou força em meu coração para vencer essa etapa de minha vida.

Ao meus Pais, Ivonete dos Santos Viegas e Emildonicio Silva Bezerra, “in memória” que em algum lugar deve estar vibrando com a minha vitória.

Aos meus irmãos, sobrinhos e amigos que direta ou indiretamente fizeram parte da minha formação. Muito obrigada!

A minha orientadora Dra. Julianne Teixeira e Silva, por toda dedicação, compreensão, estímulo e orientação. Agradeço de coração!

Enfim, gratidão a todos!

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo apresentar a metodologia utilizada para a organização do Fundo Arquivístico do Governador Ricardo Vieira Coutinho – RVC. A organização dos arquivos privados pessoais se caracteriza como um desafio, considerando a grande dimensão na variação dos suportes e tipos documentais, os quais necessitam de tratamento especial. O artigo ressalta a relevância social dos arquivos privados pessoais como valiosas fontes de pesquisa e discorre sobre os valores memoráveis que transcendem os arquivos privados de personalidades públicas. Ele ainda compara as práticas e procedimentos arquivísticos adotados em arquivos privados pessoais com as técnicas utilizadas para a organização do Fundo Arquivístico do Governador. Como procedimentos metodológicos, a pesquisa possui uma natureza descritiva, com abordagem qualitativa, caracterizada por meio do estudo de caso. Como resultado, concluiu-se que, para a organização de arquivos privados pessoais, são aplicados métodos comuns, apesar da grande diversidade do acervo documental. Concluindo, obteve-se que os documentos do Arquivo do Governador se encontram organizados, obedecendo aos princípios arquivísticos, desde os textuais aos bi-tridimensionais, pois contam com uma equipe profissional comprometida e treinada para desenvolver e implantar, da melhor forma, as técnicas e práticas arquivísticas.

PALAVRAS-CHAVE: Arquivos privados pessoais. Arquivos privados de personalidades públicas. Organização documental.

ABSTRACT

This paper aims to present the methodology used for the organization of the Archival Fond of Governor Ricardo Vieira Coutinho - RVC. The organization of personal private archives is a challenge, considering the large dimension in the variation of the supports and documentary types, which need special treatment. The article highlights the social relevance of personal private archives as valuable sources of research and discusses the memorable values that transcend the private archives of public personalities. He also compares the archival practices and procedures adopted in personal private archives with the techniques used to organize the Governor's Archival Fund. As methodological procedures, the research has a descriptive nature, with a qualitative approach, characterized by means of the case study. As a result, it was concluded that, for the organization of personal private archives, common methods are applied, despite of the great diversity of the documentary collection. In conclusion, it was clear that the documents of the Governor's File are organized, obeying archival principles, from textual to bi-tridimensional, because they have a committed and trained professional team to develop and implement, in the best way, the archival techniques and practices.

KEYWORDS: Documentary organization. Private personal files. Private archives of public personalities.

ORGANIZAÇÃO DO FUNDO ARQUIVÍSTICO RICARDO VIEIRA COUTINHO:

Um estudo de caso

Janice da Silva Viegas¹

1 INTRODUÇÃO

A organização do fundo arquivístico de uma personalidade pública tem por propósito disponibilizar a riqueza de informações que consiste no valor atribuído ao acervo documental. Assim, apresentar a metodologia de organização do Arquivo Privado do atual governador da Paraíba, Ricardo Vieira Coutinho, é uma forma de mostrar a grande personalidade pública representada na pessoa do Governador para o cenário paraibano, o valor memorável que compõe seu acervo e, sobretudo, a importância da utilização de técnicas e procedimentos arquivísticos para que a documentação seja disposta de forma correta.

A temática deste trabalho se dá em torno da metodologia e dos procedimentos e técnicas arquivísticas adotadas para a organização dos arquivos privados pessoais. Este trabalho se justifica pela relevância social do valioso patrimônio documental do Arquivo do Governador Ricardo Vieira Coutinho (RVC), o qual se constitui como fonte de pesquisa para a sociedade paraibana.

No âmbito da arquivologia, o estudo dos arquivos privados pessoais se mostra um assunto de grande valor, já que trata de arquivos com uma diversidade ampla de documentos, que possuem diferentes formas e formatos e que devem ter um tratamento documental especializado. O estudo deste tema ainda é um desafio para a Arquivística, visto que existe um percentual muito baixo de publicações na área. Assim, esta temática contribui de certa forma para ampliar essa questão.

O interesse pelo tema estudado se deu pela experiência que se iniciou com vivência do estágio não obrigatório no Arquivo RVC, que se estendeu com a oportunidade de ser contratada para exercer atividades arquivísticas na Fundação Casa de José Américo (FCJA). A atividade permitiu vislumbrar o potencial informacional que compõe o acervo dos Governadores paraibanos, em particular, o Arquivo Privado do Governador Ricardo

¹ Discente concluinte do curso de Graduação em Arquivologia da Universidade Federal da Paraíba – UFPB.

Coutinho. Além disso, a experiência possibilitou a percepção do quanto é importante adotar métodos e técnicas arquivísticas para organização de um fundo privado.

Levando em consideração a importância da organização dos arquivos privados pessoais, coloca-se como problema deste trabalho saber de que forma são organizados os documentos do Arquivo Privado do Governador Ricardo Vieira Coutinho?

Por esta razão, este trabalho tem como objetivo geral: apresentar a metodologia utilizada para a organização do Fundo Arquivístico do Governador Ricardo Vieira Coutinho – RVC. Como objetivos específicos, buscou-se:

- a. Identificar as fases de planejamento para a organização do fundo;
- b. Demonstrar as fases de organização;
- c. Descrever as etapas de cada fase de organização.

Este trabalho apresenta como procedimentos metodológicos a pesquisa descritiva, com abordagem qualitativa, caracterizada por meio do estudo de caso. No entanto, os dados foram coletados levando em consideração a vivência no arquivo, o que ajudou na observação da metodologia de organização do Fundo Arquivístico RVC. Além disso, para o levantamento das informações foi necessário realizar algumas entrevistas, bem como as pesquisas bibliográfica e documental.

A estruturação do trabalho se dá em seis tópicos, distribuídos da seguinte forma: o primeiro tópico aborda a introdução do trabalho, apresentando os assuntos tratados; o segundo tópico apresenta o percurso metodológico da pesquisa; o terceiro tópico discorre sobre os arquivos privados pessoais; o quarto tópico mostra a relevância social dos arquivos privados pessoais; o quinto tópico apresenta a organização do Fundo Arquivístico do Governador Ricardo Vieira Coutinho – RVC; o sexto e último tópico, trata das considerações finais, onde são destacados os pontos mais relevantes deste trabalho.

2 PERCURSO METODOLÓGICO

Este trabalho é fundamentado na pesquisa descritiva, com abordagem qualitativa, caracterizada por meio do estudo de caso.

2.1 Caracterização da Pesquisa

A pesquisa deste trabalho se caracteriza como descritiva. Conforme Gil (2012, p.28), as pesquisas descritivas são definidas como aquelas que têm como objetivo fundamental “a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou estabelecimento de relações entre variáveis”. Além disso, o autor ressalta que “algumas pesquisas descritivas vão além da simples identificação da existência de relações entre variáveis, pretendendo, determinar a natureza dessa relação”. O autor ainda completa que são inúmeros os estudos que podem ser classificados sobre o título de pesquisas descritivas, na qual uma de suas características mais significativas está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados.

A abordagem metodológica deste trabalho se baseia na pesquisa qualitativa. Segundo Goldenberg (2013), os dados qualitativos consistem em descrições detalhadas de situações com o objetivo de compreender os indivíduos em seus próprios termos. A autora destaca que estes dados não são padronizados, obrigando assim o pesquisador a ter flexibilidade e criatividade no momento de coletá-los e analisá-los. Além disso, a autora ainda enfatiza que não existem regras precisas e passos a ser seguidos. O bom resultado da pesquisa depende da sensibilidade, intuição e experiência do pesquisador. Desta forma, pode-se concluir que a interpretação dos dados depende necessariamente do ponto de vista do pesquisador, que se configura como fator determinante.

Este trabalho ainda é caracterizado por meio do estudo de caso. Na concepção de Gil (2012, p. 57), o “estudo de caso é caracterizado pelo estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos, de maneira a permitir o seu conhecimento amplo e detalhado, tarefa praticamente impossível mediante os outros tipos de delineamentos considerados”. Desta maneira, o estudo de caso pode ser entendido como um estudo aprofundado de determinado objeto, do qual se visa obter um conhecimento minucioso.

2.2 Etapas da Pesquisa

Para o alcance das informações, foi imprescindível realizar algumas entrevistas, bem como pesquisa bibliográfica. Deste modo, podemos definir de acordo com Gil (2012, p. 109) que a entrevista é a “técnica em que o investigador se apresenta frente ao investigado e lhe formulam perguntas, com o objetivo de obtenção dos dados que interessam à investigação. A entrevista é, portanto, uma forma de interação social”. Para o autor, a entrevista é a forma em

que uma das partes busca coletar os dados e a outra se apresenta como a fonte de informação do pesquisador.

Para tanto, as informações foram levantadas por meio de algumas entrevistas com alguns dos responsáveis pela custódia do Fundo Arquivístico do Governador RVC. As entrevistas foram realizadas por via de questionário. Assim, foram levantados os seguintes questionamentos: quando e como se iniciou as primeiras ideias para organizar o arquivo de RVC? Como se deu o processo de planejamento para o início do trabalho de organização do acervo RVC? Diante das respostas, foi necessário realizar a pesquisa bibliográfica e documental.

Segundo Gil (2012), a pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científico. O autor destaca que a pesquisa documental se assemelha muito à pesquisa bibliográfica, sendo a única diferença entre ambas a natureza das fontes. Para o autor, enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental se vale de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico ou que ainda podem ser reelaborados em decorrência dos objetivos da pesquisa.

De modo geral, foi realizada a pesquisa bibliográfica nos livros e artigos científicos da área da Arquivística a partir das fontes bibliográficas, bem como a pesquisa documental, explorando as fontes documentais do Fundo Arquivístico do Governador RVC de uma forma analítica.

3 ARQUIVOS PRIVADOS PESSOAIS

3.1 Arquivos Privados

Os arquivos privados podem ser considerados de interesse público e devem ser organizados e preservados para fins culturais e de pesquisa. Assim, para a organização de tais arquivos, torna-se necessário adotar meios que facilitem o acesso aos documentos e que possibilitem a preservação do acervo para as gerações futuras.

De acordo com o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (2005, p. 35), arquivo privado é “um arquivo de entidade coletiva de direito privado, família ou pessoa. Também chamado arquivo particular.” Nesse sentido, o arquivo privado se configura como sendo de direito privado e particular.

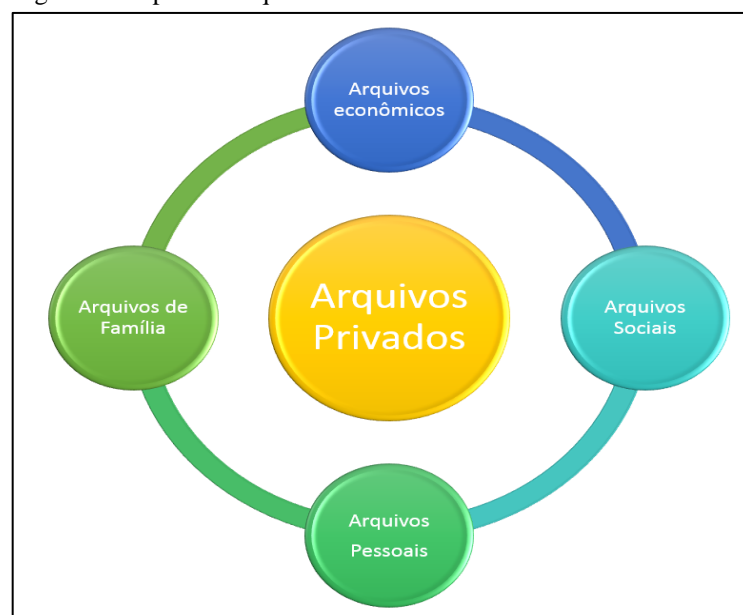
A Lei nº 8.159 de 8 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados, e dá outras providências em seu artigo 11, considera os arquivos privados como “os conjuntos de documentos produzidos ou recebidos por pessoas físicas ou jurídicas, em decorrência de suas atividades”. Desta forma, os arquivos privados podem ser considerados como o conjunto de documentos que são resultados decorrentes das atividades de pessoas ou instituições em âmbito privado.

Segundo Bellotto (2006), quando se menciona que os documentos são produto das atividades pessoais ou institucionais no âmbito privado, esta definição toca no ponto essencial da especificidade dos documentos de arquivos sob sua organicidade. Para a autora, a relação entre a individualidade do documento e o conjunto no qual ele se situa geneticamente é precisamente a base da noção de fundo de arquivo.

Portanto, conforme Bellotto (2006), fundo de arquivo é o aglomerado lógico, estruturado e indivisível de documentos produzidos por um órgão ou por entidade no decurso de atividades que justificam sua própria razão de ser. Deste modo, podemos compreender que o fundo arquivístico é o conjunto de documentos produzidos por um órgão ou por entidade no decorrer de suas atividades.

Por conseguinte, os arquivos privados, segundo Bellotto (2006), podem ser classificados como sendo arquivos econômicos, arquivos sociais, arquivos pessoais e arquivos de família, como mostra a Figura 1.

Figura 1 – Tipos de Arquivos Privados



Fonte: Adaptado de Bellotto (2006)

Para Bellotto (2006), no que diz respeito à conceituação, é fundamental distinguir que há, de um lado, os arquivos gerados por instituições não-governamentais e, de outro, gerados por famílias e indivíduos. Isso implica considerar os seguintes tipos de arquivos conforme o quadro 1:

Quadro 1 – Tipos de Arquivos Privados

Tipos de Arquivos Privados	Especificações
Econômicos	São os que compreendem a documentação gerada por empresas comerciais, industriais, financeiras ou de serviços, de pequeno, médio ou grande portes. Em cada um dos tipos de organização mencionados, cabe uma gama enorme de especializações (bancos, seguradoras, empresas agrícolas, pecuárias, siderúrgicas, de tecelagem, de bebidas, de transportes etc.).
Sociais	Abrangem um grande número de arquivos importantes, sobressaindo-se os religiosos, os notariais e os de movimentos e entidades políticas.
Pessoais	Tratam-se de documentos produzidos/recebidos por entidades ou pessoas físicas de direito privado. São documentos ligados à vida familiar, civil, profissional e a produção política e/ou intelectual, científica, artística de estadistas, políticos, artistas, literatos, cientistas etc.
De Família	São os arquivos de vários membros de uma mesma família (ou dinastia ou casas de nobreza), cujos respectivos fundos não devem ser confundidos nem desmembrados.

Fonte: Baseado em Bellotto (2006).

De modo geral, os arquivos são gerados por instituições governamentais e não-governamentais, por famílias, bem como por indivíduos e, mesmo não sendo em sua maioria considerados de interesse público, são relevantes fontes de memória para a sociedade.

3.2 Arquivos Privados Pessoais

Os arquivos privados podem se configurar como arquivos particulares ou pessoais. A denominação arquivos privados pessoais está inerente à definição de arquivos privados como sendo considerados arquivos de caráter pessoal. De acordo com Bellotto (2006, p. 256), a “conceituação de arquivos pessoais está embutida na própria definição geral de arquivos privados, quando se afirma tratar-se de papéis produzidos/recebidos por entidades ou pessoas físicas de direito privado”. A autora afirma que arquivo pessoal pode ser considerado como:

[...] conjunto de papéis e material audiovisual ou iconográfico resultante da vida e da obra/atividade de políticos, líderes de categorias profissionais, cientistas, escritores, artistas, etc. Os arquivos pessoais relacionam-se a pessoas cuja maneira de pensar, agir, atuar e viver possa ter algum interesse

para as pesquisas nas respectivas áreas onde desenvolveram suas atividades; ou ainda, pessoas detentoras de informações inéditas em seus documentos que, se divulgadas na comunidade científica e na sociedade civil, trarão fatos novos para as ciências, a arte e a sociedade. (BELLOTTO, 2006, p. 266)

Os arquivos privados pessoais custodiam os mais variados tipos de documentos, que devem ser tratados de modo especial. Segundo Graebin e Penna (2010), a documentação dos acervos pessoais é de natureza variada.

[...] depende das atividades exercidas pelo personagem que se relaciona a ela, bem como a sua própria vontade de acumulação, isto é, aos critérios que nortearam suas escolhas dentre o que seria preservado e o que seria descartado. Para as autoras, a documentação constituir-se em atas, jornais, registros, fotografias, diários, vestígios orais e visuais, que em síntese, constituem toda aquela gama de elementos que são a matéria prima para discutir o que já foi estabelecido ou reconstruir de outra forma trajetórias de grupos, cidades, pessoas e acontecimentos (GRAEBIN e PENNA, 2010, p.124).

Nos arquivos privados pessoais, podem ser encontrados documentos como fotografias, cartas, livros, anotações, recortes de jornais etc. Além disso, objetos que possuem os mais variados suportes e formatos, que por sua vez devem ser acondicionados e armazenados de forma apropriada. Entretanto, os acervos de natureza variada, como os privados pessoais, devem ser organizados através de princípios e técnicas que possibilitem a preservação e acesso à documentação.

Considerando os variados suportes e formatos dos documentos de arquivos privados pessoais, é possível destacar em linhas gerais que a organização da documentação desse tipo de arquivo deve ser realizada por profissional especializado. Para tanto, o método de organização requer um tratamento especial, visto que o acervo é constituído de documentos com configurações e dimensões distintas. Assim, é imprescindível que os arquivos privados pessoais sejam organizados por profissionais dotados de conhecimentos técnicos para que possam adotar de forma correta os procedimentos arquivísticos.

3.3 Procedimentos e Técnicas Arquivísticas em Arquivos Privados Pessoais

A organização dos arquivos privados pessoais se distingue dos arquivos públicos, pois parte de outras técnicas, já que tratamos de documentos com múltiplos suportes. Barros e Tognoli (2011, p. 67) destacam que, para a Arquivística, os arquivos pessoais “caracterizam-se como um grande desafio de organização, por todas as características informais

apresentadas em sua acumulação e a pluralidade de documentos em suportes diversificados”. Assim, a organização dos arquivos pessoais é um desafio e parte de outra metodologia.

Conforme Barros e Tognoli (2011), os arquivos pessoais acumulam documentos de características particulares. Para os autores, a descrição, organização e demais fases do tratamento arquivístico devem levar em conta todas as informações contextuais possíveis. Além disso, a organização dos documentos pessoais deve pressupor o estudo do órgão produtor, que nesse caso deve implicar no estudo da vida, da produção intelectual e dos mais variados aspectos relacionados com a pessoa criadora desses documentos. Logo, a metodologia de organização dos arquivos privados pessoais parte de outros procedimentos e métodos.

Os arquivos privados pessoais devem ser organizados por meio de princípios e técnicas arquivísticas. No entanto, umas das técnicas a ser aplicada é o arranjo. De acordo com o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivista (2013, p. 37), arranjo é a “sequência de operações intelectuais e físicas que visam à organização dos documentos de um arquivo ou coleção, de acordo com um plano ou quadro previamente estabelecido”. Portanto, a elaboração de um quadro ou sistema de arranjo é imprescindível para a organização de um arquivo ou coleção.

Segundo Bellotto (2006), o arranjo é uma operação ao mesmo tempo intelectual e material na qual deve organizar os documentos uns em relação aos outros; as séries, umas em relação às outras; os fundos, uns em relação aos outros; dando número de identificação aos documentos; colocando-os em pastas ou caixas; e ordenando-os nas estantes. Para a autora, é necessário conhecer a origem do fundo, a evolução e suas funções. Dessa maneira, será o possível ao arquivista organizar os documentos de forma adequada.

Nos arquivos privados pessoais, podem-se encontrar coleções documentais que devem ser arranjadas por meio de alguns princípios específicos. Para Schellenberg (2006), os componentes de coleções de papéis privados devem ser arranjados de acordo com os seguintes princípios:

1. Sempre que existam séries numa coleção natural, devem ser mantidas como unidades distintas e integrais.
2. Se não existem séries, devem ser criadas pelo agrupamento de peças individuais dentro das coleções.
3. No arranjo de peças avulsas dentro de séries existentes ou criadas, devemos, normalmente, adotar as seguintes práticas:

- a. A correspondência deve, em geral, ser arranjada em ordem cronológica ou alfabética, embora em circunstâncias especiais alguma outra ordem possa ser atribuída.
- b. Documentos em forma de livro, incluindo livros de cópias prensadas de correspondência expedida, livros de contabilidade, diários, livros de pedidos e similares, devem ser normalmente dispostos em ordem cronológica ou, se numerados, em ordem numérica. Os livros podem ser agrupados em séries.
- c. Outros tipos físicos devem ser arranjados em qualquer ordem que pareça mais apropriada, de forma a facilitar o seu uso. Podem ser dispostos numérica, cronológica ou alfabeticamente por nome ou assunto, ou noutra ordem qualquer.

Em resumo, para um melhor entendimento, é necessário compreender o conceito de série documental. O Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivista (2013, p. 153) conceitua série como a “subdivisão do quadro de arranjo que corresponde a uma sequência de documentos relativos a uma mesma função, atividade, tipo documental ou assunto”. Contudo, a série se relaciona com a estrutura, funções e atividades de um fundo, no qual são estabelecidos critérios de organização como a aplicação de métodos de arquivamentos.

Os procedimentos e técnicas arquivísticas norteiam a organização dos documentos a partir do estudo da estrutura e organograma do acervo, bem como da aplicação de normas e elaboração de instrumentos arquivísticos que facilitam o acesso e a recuperação da informação. Em regra, os instrumentos arquivísticos (como os de descrição) são utilizados em arquivos permanentes. Porém, como tratamos de arquivos privados pessoais, estes entram no contexto de arquivos permanentes, visto que, sob o ponto de vista técnico, custodiam documentação que não é passiva de eliminação por razão do valor permanente, informativo e probatório.

Em conformidade com Bellotto (2006), os instrumentos de pesquisa são, em essência, obras de referência que identificam, resumem e localizam, em diferentes graus e amplitudes, os fundos, as séries documentais e/ou as unidades documentais existentes em arquivo permanente. A autora destaca que há instrumentos de pesquisa genéricos e globalizantes (como os guias), há os parciais (que são detalhados e específicos, tratando de parcelas do acervo, como os inventários, catálogos, catálogos seletivos e índices) e há também a publicação de documentos na íntegra, a chamada “edição de fontes”:

1. Guia: o guia de arquivo tem por finalidade propiciar uma visão de conjunto dos serviços de arquivo, de modo a permitir ao pesquisador saber quais são seus recursos, a natureza e o interesse dos fundos que ele abriga, além dos instrumentos de pesquisa de que dispõe e as fontes complementares.
2. Inventário: é o instrumento de pesquisa que descreve conjuntos documentais ou partes do fundo. É um instrumento do tipo parcial, trazendo descrição sumária e não analítica, sendo esta própria do catálogo.
3. Catálogo: é o instrumento que descreve unitariamente as peças documentais de uma ou mais séries, ou ainda de um conjunto de documentos, sendo respeitada ou não a ordem da classificação.
4. Catálogo seletivo: é um instrumento de pesquisa que traz uma “relação seletiva de documentos pertencentes a um ou mais fundos e no qual cada peça integrante de uma unidade de arquivamento é descrita minuciosamente”.
5. Índice: aponta nomes, lugares ou assuntos em ordem alfabética e remete o leitor às respectivas notações de localização. Os índices podem ser parte complementar de inventários e catálogos analíticos ou ter personalidade própria, indexando diretamente os documentos.
6. Edição de fontes: edição de textos históricos ou fontes documentais, que compreende a publicação do texto de forma integral. A forma ideal é a que prevê não só o texto, mas também estudos introdutórios e fontes paralelas.

Os instrumentos de pesquisa são indispensáveis nos arquivos privados pessoais, pois possibilitam uma visão ampla do acervo. Além disso, eles auxiliam na localização e recuperação dos documentos. Todavia, é importante destacar que, além dos instrumentos apresentados, existem outros que são elaborados e utilizados nos arquivos de forma interna. Em outras palavras, existem instrumentos que são elaborados e adaptados conforme as necessidades e os parâmetros organizacionais internos, os quais respaldam, subsidiam e orientam as atividades.

Em linhas gerais, a organização dos arquivos privados pessoais se configura como um desafio, tendo em vista os variados tipos, suportes, formatos e contextos documentais nos quais devem ser adotados procedimentos diversos quanto à forma de tratamento dos documentos. Em conformidade com o levantamento realizado na pesquisa bibliográfica, nos livros e artigos, bem como na pesquisa documental, explorando as fontes documentais da área, identificou-se que a Arquivística dispõe apenas de duas obras sobre práticas

metodológicas e procedimentos técnicos para a organização dos acervos privados, como disposto no quadro 2:

Quadro 2 – Práticas e Procedimentos em Arquivos Privados Pessoais

OBRA	PRÁTICAS E PROCEDIMENTOS ARQUIVÍSTICOS IDENTIFICADOS
DANTAS, Tereza Cristina de Sousa, et al. Arquivos privados: procedimentos técnicos. Recife: Massangana, 1988.	<ul style="list-style-type: none"> - Avaliação preliminar dos documentos; - Pesquisa bibliográfica e documental sobre a trajetória da personalidade; - Arranjo; - Descrição; - Arquivamento (ordenação); - Instrumento de pesquisa.
BOSSIÉ, Florencia. Archivos personales: Su tipo particular de organización y tratamiento documental. In Actas del Congreso Internacional CELEHIS de literatura, 3. Mar del Plata, Argentina, 2008.	<ul style="list-style-type: none"> - Manter a proveniência e natureza do fundo; - Levantar a história da pessoa ou família; - Quadro de classificação; - Descarte (quando possível); - Instrumentos de descrição.

Fonte: Dados da Pesquisa (2018)

Levando em consideração a diversidade de características particulares atribuídas aos arquivos privados pessoais, torna-se necessário adotar mecanismos técnicos para a adequada organização dos acervos. O quadro 2 destaca duas obras que pontuam algumas práticas e procedimentos arquivísticos adotados em arquivos privados.

Na obra de Dantas (1988), a organização dos arquivos privados pessoais começa a partir da avaliação preliminar dos documentos, seguida da pesquisa bibliográfica e documental sobre a trajetória da personalidade. Esse procedimento possibilitará a escolha e implantação das técnicas arquivísticas a serem adotadas. Logo após, é elaborado o arranjo, organizando os documentos em séries. Em seguida, inicia-se a prática de descrição documental, o processo de arquivamento e por fim a elaboração e utilização dos instrumentos de pesquisa, que auxiliarão no acesso à informação.

De outra forma, na obra de Bossié (2008), para iniciar a organização dos arquivos privados pessoais, é necessário manter um dos princípios fundamentais da Arquivística: a proveniência e natureza do fundo. Ela diz respeito à ordem e estrutura original de classificação do fundo arquivístico. Em seguida, identifica-se o caráter específico de organização do fundo para elaborar o quadro de classificação. Além disso, o descarte é uma etapa importante. Essa etapa deve ser realizada com cuidado, verificando a existência de

cópias e o tempo determinado da documentação. Por fim, recomenda-se a elaboração de instrumentos de descrição, que permitirão conhecer os critérios de organização e orientarão na busca da informação.

As práticas e procedimentos arquivísticos identificados nas obras de Dantas (1988) e Bossié (2008) apresentam uma metodologia distinta na forma de organização dos documentos dos arquivos privados pessoais. No entanto, podemos observar que as obras também apresentam uma semelhança no que concerne aos procedimentos de levantamento dos dados, de arranjo e classificação e de elaboração e utilização de instrumentos de pesquisa e descrição.

4 A RELEVÂNCIA SOCIAL DOS ARQUIVOS PRIVADOS PESSOAIS

Os arquivos privados pessoais geralmente custodiam documentos de interesse e relevância científica, artística, cultural e social. A Lei nº 8.159/1991, de arquivos públicos e privados, insere em seu artigo 12 que “os arquivos privados podem ser identificados pelo Poder Público como de interesse público e social, desde que sejam considerados como conjuntos de fontes relevantes para a história e desenvolvimento científico nacional”. Dessa forma, são considerados relevantes aqueles arquivos cuja documentação apresenta valores que contribuem com o desenvolvimento social e científico.

Todavia, a referida Lei discorre em seu artigo 14 que “o acesso aos documentos de arquivos privados identificados como de interesse público e social poderá ser franqueado mediante autorização de seu proprietário ou possuidor”. Logo, para ter acesso à documentação de arquivo privado é necessária a prévia autorização do detentor.

Para Graebin e Penna (2010), os acervos privados constituem valiosas fontes de pesquisa, seja pela especificidade dos tipos documentais que os caracterizam, seja pela possibilidade de oferecerem o complemento de informação constante em arquivos de natureza pública. As autoras completam que esses acervos de interesse para a pesquisa são transferidos para fundações, universidades, arquivos públicos etc.

Segundo Barros e Tognoli (2011, p. 72), na maioria das vezes, o uso dos arquivos pessoais para a pesquisa depende da compra ou doação do acervo. Para os autores, é a partir do valor atribuído pela sociedade, pela ciência e/ou pelas artes que determinado acervo é doado para os arquivos públicos, fundações, centros de documentação etc. Contudo, na maior parte dos casos, os arquivos privados pessoais considerados de interesse coletivo são doados e transferidos às instituições arquivísticas públicas.

Em síntese, os arquivos considerados de relevância social se constituem como fonte de pesquisa. Porém, conforme Bellotto (2006), para possibilitar a pesquisa e para que esta seja satisfatoriamente realizada, duas condições são fundamentais:

1. A sensibilização das famílias detentoras de arquivos privados e o conseqüente recolhimento à entidade apta a identificar, ordenar, descrever os documentos, propondo-se a realizar todo um trabalho de disseminação da informação;
2. A capacidade técnico-científico-intelectual de seu pessoal especializado.

As condições estabelecidas para a realização de pesquisa nos arquivos de relevância social dependem de alguns fatores: (1) a disposição das famílias detentoras do acervo para doar a documentação para a entidade apta e (2) o aparato técnico e pessoal especializado da entidade à qual a documentação será entregue. De maneira geral, os arquivos privados pessoais são de grande relevância social. Portanto, devem ser organizados, preservados e disponibilizados para fins sociais, culturais e científicos – quando configurados como fonte de pesquisa.

4.1 Arquivos Privados de Personalidades Públicas

Os arquivos privados de personalidades públicas são constituídos de características que marcam a vida e obra dos indivíduos que se destacaram em âmbito social. Na maior parte dos casos, os arquivos das personalidades de grande representação e destaque público estão sob a responsabilidade e custódia das instituições arquivísticas públicas, cuja preservação do acervo tem o objetivo de perpetuar a memória. Córdula (2014) explana que:

[...] os documentos produzidos e reunidos por indivíduos ao longo da vida tornam-se pontes que se ligam ao cenário da trajetória da vida de um indivíduo, possibilitando um contato com a representação de seu desempenho e função social, sua vida no âmbito familiar, profissional, afetos, desafetos, amores, amigos, enfim, a representação do seu cotidiano em períodos diferentes da vida (p. 31).

Os arquivos privados de personalidades públicas transcendem valores memoráveis. Os documentos produzidos por personalidades públicas retratam aspectos pessoais, profissionais, econômicos, culturais e sociais. A acumulação da documentação se dá em razão do interesse para a pesquisa científica e histórica, já que possuem um elevado valor informacional.

Para Heymann (2011), os arquivos pessoais de homens públicos ocupam lugar de destaque em projetos institucionais voltados para a preservação da “memória nacional”. A

autora destaca que os projetos, ao mesmo tempo em que valorizam o “patrimônio” do qual são depositários, os instituem como meios de acesso “autênticos” e “fidedignos” ao legado que pretendem preservar. Nesse sentido, quando se trata da “memória nacional”, os arquivos das personalidades ganham destaque por serem considerados legítimos e dignos de preservação.

De acordo com Heymann (2011, p. 94), os acervos são “objetos centrais de projetos institucionais de diferentes formatos e matrizes e sua ‘produção’ nos ambientes institucionais nos quais são preservados deve ser levada em consideração”. Por essa ótica, os acervos representam o objetivo principal dos projetos institucionais e sua produção deve ser preservada por constituírem um valioso patrimônio documental com os mais diversos suportes, formatos, formas e tipos documentais que devem ser levados em consideração.

De modo geral, os arquivos privados de personalidades públicas normalmente são constituídos por coleções particulares, prêmios e honrarias que representam um legado com grande potencial informacional. Ele é compreendido a partir dos registros documentais.

5 A ORGANIZAÇÃO DO FUNDO ARQUIVÍSTICO DO GOVERNADOR RICARDO VIEIRA COUTINHO: UM ESTUDO DE CASO

O Fundo Arquivístico do Governador Ricardo Vieira Coutinho – RVC – se constitui como privado. No entanto, possui interesse público e social. O referido fundo se encontra localizado na Fundação Casa de José Américo – FCJA, na Avenida Cabo Branco, nº 3336, no Bairro de Cabo Branco, na cidade de João Pessoa – PB. A Fundação é vinculada ao Poder Executivo Estadual, custodia o Arquivo dos Governadores (AG) e tem sob sua supervisão institucional a Secretaria de Estado da Cultura/PB.

5.1 Ricardo Vieira Coutinho: Personalidade Pública

A biografia descrita no Inventário do Arquivo Ricardo Vieira Coutinho discorre, segundo Fernandes (2018), que o Governador nasceu no dia 18 de novembro de 1960, na Maternidade Frei Martinho, em João Pessoa. Ele é filho de Coriolano Coutinho, agricultor, e de Natércia Vieira, costureira. Passou a infância e adolescência no Bairro de Jaguaribe, onde viveu suas primeiras experiências de vida comunitária. Os primeiros colégios que frequentou foram o Instituto Dom Adauto e Instituto La Salle. Em 1970, Ricardo Coutinho se mudou

com a família para o Bairro de Tambaú, no momento em que cursava o Segundo Grau no Colégio Estadual Bairro dos Estados, e concluiu o curso no Colégio Águia.

Em 1979, foi aprovado em 1º lugar para o Bacharelado de Farmácia, na Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Na época, o Brasil passava por um período de efervescência sociopolítica, vivendo a abertura política, processo de liberalização do regime militar, que ainda governava o Brasil. A Universidade repercutia com intensidade todo esse clima de mudanças. Ricardo Coutinho logo se envolveu, participando dessa grande movimentação, tanto dentro dos muros da Universidade quanto fora deles, respondendo ao chamamento dos movimentos sociais, sobretudo os estudantis, culturais e sindicais. Ajudou na reabertura do Centro Acadêmico (CA) de Farmácia da UFPB, assumindo sua direção.

Em 1981, foi aprovado no concurso público para Técnico em Laboratório da UFPB. No ano seguinte, concluiu o seu curso universitário e, já em 1983, assumiu a Presidência do Sindicato dos Farmacêuticos. Neste período, vivenciou o movimento sindical universitário, participando da construção da Associação dos Funcionários da UFPB. Em 1990, articulou através do Departamento dos Trabalhadores de Saúde da CUT – DETSP-CUT, na qual foi eleito primeiro Diretor Geral da Paraíba, o primeiro Congresso dos Trabalhadores Públicos em Saúde na Paraíba, com o objetivo de fundar o Sindicato dos Trabalhadores Públicos em Saúde da Paraíba (SINDSAÚDE – PB). Ainda em 1990, filiou-se ao Partido dos Trabalhadores (PT) e intentou a candidatura para Deputado Estadual, alcançando a oitava suplência da coligação.

Em 1992, atingiu o patamar de representante do povo, pela primeira vez, como o Vereador mais bem votado da história do PT na cidade de João Pessoa, com 1.381 votos. Em 1998, candidatou-se a Deputado Estadual, sendo o mais votado em João Pessoa. Em 2002, ainda pelo PT, foi reeleito com o maior número de votos do pleito: 47.912. No início do ano de 2004, Ricardo Coutinho deixou a legenda do PT e se candidatou a prefeito de João Pessoa pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB), vencendo as eleições com cerca de 65% dos votos da população pessoense. Em 2008, candidato à reeleição ao cargo de prefeito, conseguiu a vitória, obtendo 262.041 votos, o equivalente a 73,8% do eleitorado.

Em 2010, foi eleito Governador da Paraíba com a maior votação da história: 1.079.164 votos. A sua reeleição a governador foi assegurada, em 2014, ao totalizar 1.125.956 votos (52,61%), 111 mil votos a mais que o segundo colocado no 2º turno. De maneira geral, o Governador da Paraíba Ricardo Coutinho marcou o cenário paraibano com muito trabalho, transparência e cidadania, desenvolvendo projetos e se destacando em todos os pleitos aos

quais disputou desde a vida política estudantil até a vida política partidária, tornando-se assim referência no âmbito da Paraíba.

5.2 O Arquivo e o Memorial Ricardo Vieira Coutinho

O Arquivo e o Memorial Ricardo Vieira Coutinho fazem parte do espaço de integração de todo o conjunto arquivístico do Departamento de Documentação e Arquivo da FCJA. A Fundação foi criada pela Lei nº 4.195, de 10 de dezembro 1980, sancionada pelo Governador Tarcísio de Miranda Burity. O Arquivo dos Governadores teve sua criação nos primeiros tempos de vida da FCJA, sob o planejamento de Burity, sendo instalado em março de 1991.

Segundo Fernandes (2018), a principal finalidade do AG é agregar parte da documentação permanente gerada pela Secretaria Particular do Governador da Paraíba e documentos da vida privada de governadores e personalidades paraibanas. Em síntese, o AG tem como base de sua formação o Fundo Arquivístico José Américo de Almeida e agrega ainda vinte e oito Fundos e quatro Coleções.

O Memorial Ricardo Coutinho teve sua origem na necessidade de disseminação dos princípios ligados aos eixos de democracia participativa e cidadania, marcos do pensar e agir pessoal e político do seu titular. O Memorial intenta se constituir em instrumento orientador e impulsionador do processo de ressignificação da memória e de construção da História de Ricardo Coutinho (FUNDAÇÃO CASA DE JOSÉ AMÉRICO, 2018). A Fotografia 1 mostra a panorâmica do Memorial.

Fotografia 1 – Memorial Ricardo Coutinho



Fonte: Dados da Pesquisa (2018)

O Memorial Ricardo Coutinho pretende alcançar os seguintes objetivos: favorecer a execução de experiências capazes de contribuir para o fortalecimento da consciência de cidadania, das práticas democráticas, reforçando as instituições democráticas; oferecer um ambiente e uma formação favorável à prática da preservação do patrimônio cultural, primando pela conservação e sua disponibilização à sociedade; buscar a interação entre os suportes materiais da memória e as possibilidades das novas tecnologias para a difusão, apropriação e produção do conhecimento, voltados para o exercício pleno da cidadania; e criar um espaço interativo, capaz de motivar estudos e favorecer a pesquisa em todos os níveis de ensino, a partir de temas que apresentem interfaces com a trajetória de RVC. Os referidos objetivos são a razão de criação do Memorial (FUNDAÇÃO CASA DE JOSÉ AMÉRICO, 2018).

No que concerne ao Arquivo Ricardo Vieira Coutinho, de acordo com Fernandes (2018), trata-se de um fundo com origem em 1957, que tem sob sua custódia documentos textuais, audiovisuais, iconográficos, bi-tridimensionais e eletrônicos. Os itens documentais que formam o Fundo Privado RVC foram recolhidos à custódia da Fundação Casa de José Américo entre março e abril de 2016, sendo posteriormente organizados. A Fotografia 2 mostra a estrutura física do Arquivo.

Fotografia 2 – Arquivo Ricardo Vieira Coutinho



Fonte: Dados da Pesquisa (2018)

Na Fundação, o Arquivo dispõe de uma boa estrutura física e organização. Anteriormente, os documentos estavam armazenados em uma casa situada na Rua Desportiva Aurélio Rocha, nº 655, Bairro dos Estados, pertencente ao seu titular. A documentação acumulada foi entregue à FCJA sem qualquer tratamento técnico arquivístico. Por consequência, alguns documentos foram selecionados para a eliminação (no caso, as duplicidades e cópias ilegíveis) e outros foram devolvidos ao seu titular (os documentos não arquivísticos que pudessem ser de interesse). Contudo, nem todos os documentos produzidos por Ricardo Coutinho foram encaminhados para a FCJA.

Além do Arquivo e do Memorial, encontra-se na Fundação Casa de José Américo a Biblioteca particular do Governador Ricardo Coutinho, denominada de Natércia Vieira, em homenagem à sua genitora. A Biblioteca está integrada ao Arquivo e Memorial e conta com uma equipe de profissionais, que assumiram a responsabilidade de inventariar, organizar e sistematizar seus dados para assim permitir o acesso à pesquisa.

5.3 A Metodologia de Organização do Fundo Arquivístico RVC

A organização do Fundo Arquivístico RVC passou pelas etapas de estudo, debate, exercício e aplicação. Conforme Fernandes (2018), a metodologia de trabalho foi produzida

ao longo das fases organizativas da documentação, a partir de diretrizes básicas, e foram programados os seguintes passos:

1. Treinamento da equipe para a realização das tarefas do processo de organização dos documentos;
2. Pesquisas/estudos sobre a história de vida do Gov. Ricardo Vieira Coutinho (RVC) para a identificação da documentação pessoal;
3. Levantamento básico para elaboração do quadro de cargos exercidos por RVC;
4. Leitura, identificação e separação dos documentos por gênero, cargo e cronologia;
5. Realização de higienização dos documentos e separação de acordo com as funções públicas e privadas;
6. Classificação preliminar dos assuntos por caixa, identificando os campos de acordo com as funções públicas e privadas;
7. Definição de estrutura em GRUPOS E SUBGRUPOS, baseados em critérios de tempos de vida privada e de exercício de vida pública;
8. Classificação dos documentos e sua organização preliminar em caixas-arquivos, separando a documentação por grupos, subgrupos, tipos e ordem cronológica;
9. Revisão e contagem da documentação, acondicionamento e anotação sobre os dados da documentação contida nas capilhas;
10. Acondicionamento da documentação em caixas-arquivo, pastas suspensas ou envelopes;
11. Preenchimento da listagem das espécies e dos tipos documentais por caixa;
12. Identificação das caixas-arquivos;
13. Registro geral dos documentos do Arquivo;
14. Elaboração do Quadro de Arranjo dos Documentos;
15. Notação e acondicionamento da documentação;
16. Elaboração dos dados preliminares para os instrumentos de descrição;
17. Elaboração do Inventário;
18. Sinalização das estantes, armários, gavetas, pastas e caixas-arquivos.

Mediante as etapas e a metodologia para a organização do Fundo Arquivístico RVC, podemos retomar as obras de Dantas (1988) e Bossié (2008), que apresentam as práticas e procedimentos técnicos para a organização dos documentos dos arquivos privados pessoais,

nos quais foram verificados o trabalho realizado pela a equipe da FCJA no acervo do Governador Ricardo Coutinho.

Destaca-se que a organização do acervo propiciou a elaboração de instrumento de pesquisa, como um inventário do conjunto documental, um guia com as peças bi-tridimensionais, bem como um site² do acervo do Memorial, o que possibilita a visita virtual, a pesquisa e o acesso remoto.

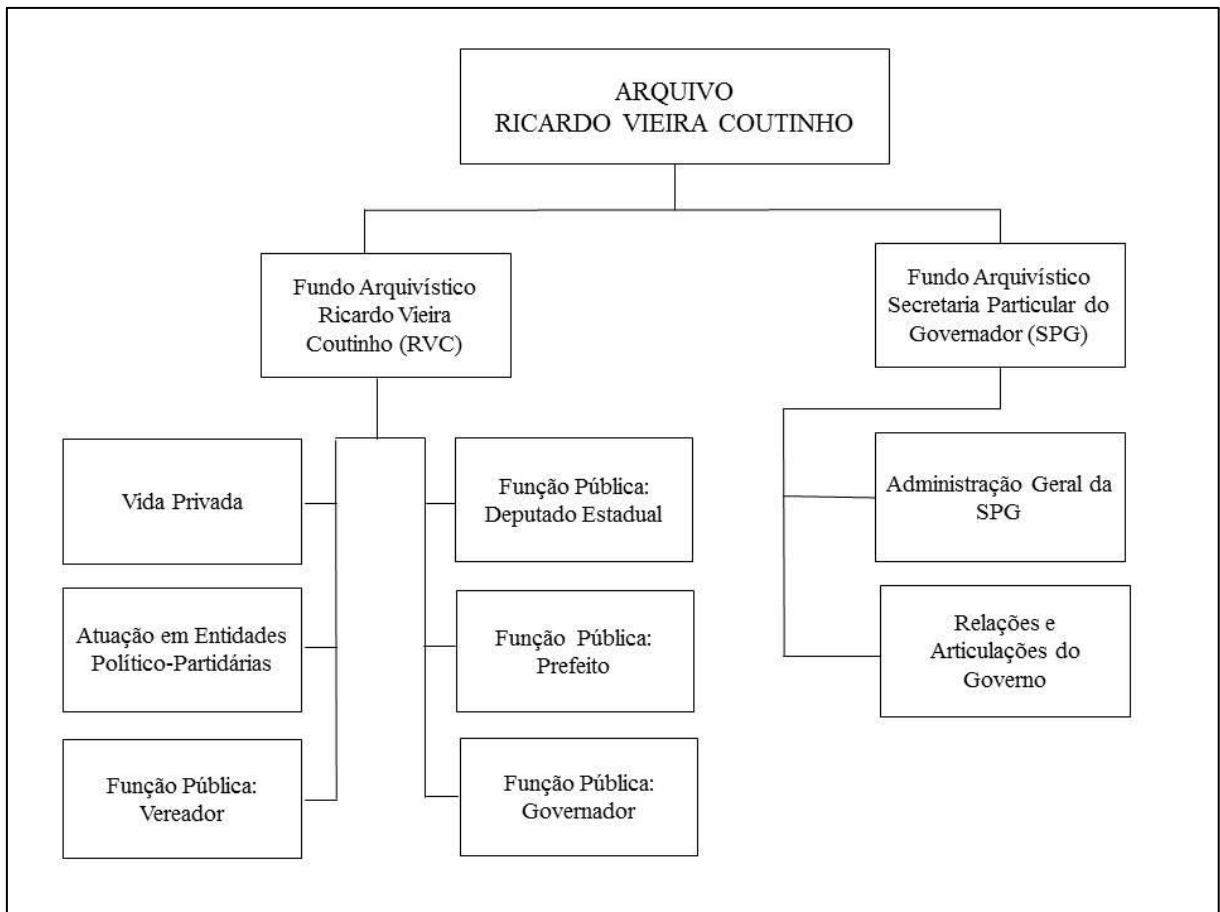
De forma simples, podemos destacar que a pesquisa, o estudo, o arranjo, a classificação e a elaboração de instrumentos de pesquisa e descrição são pressupostos comuns que devem ser adotados na organização de todo e qualquer arquivo privado. Porém, é importante ressaltar que os acervos privados dispõem de documentos diversificados que devem ser organizados por meio de parâmetros adequados.

5.4 Sistema de Arranjo do Fundo Arquivístico RVC

O Fundo Privado Ricardo Vieira Coutinho, de acordo com Fernandes (2018), é formado por originais e cópias da documentação produzida/recebida pelo titular no decorrer de sua vida pessoal, no exercício de suas atividades profissionais, sócio-políticas e sindicais. Os documentos estão distribuídos em seis Grupos: GRUPO I – Vida Privada; GRUPO II – Atuação em Entidades Político-Partidárias; GRUPO III – Fundação Pública: Vereador; GRUPO IV – Fundação Pública: Deputado Estadual; GRUPO V – Fundação Pública: Prefeito; e GRUPO VI – Fundação Pública: Governador. A figura 2 apresenta o Quadro de Arranjo.

² <http://www.memorialricardocoutinho.online>

Figura 2 – Quadro de Arranjo



Fonte: Adaptado de Fernandes (2018, p. 87)

O Sistema de Arranjo é composto pelo Fundo Arquivístico RVC, bem como pelo Fundo Arquivístico da Secretaria Particular do Governador, o qual conta com dois GRUPOS: a Administração Geral da SPG e as Relações e Articulações do Governo. A documentação está organizada com base nas funções exercidas pelo titular do Arquivo. As unidades de arquivamento foram ordenadas cronologicamente e dispostas com as respectivas notações. Em suma, não há empréstimo de documentos e nem restrição de acesso. Porém, a administração poderá fazer reserva de acesso a documentos que precisem passar por processo de restauração.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando o valor e relevância dos procedimentos e fundamentos arquivísticos adotados em arquivos privados pessoais, este trabalho objetivou apresentar a metodologia utilizada para a organização do Fundo Arquivístico do Governador Ricardo Vieira Coutinho –

RVC. Por outro lado, objetivou destacar o valioso patrimônio documental do Governador, que serve de fonte de pesquisa histórica, uma vez que Ricardo Coutinho é uma figura de destaque e força política.

De acordo com o percurso metodológico e as fases e etapas da pesquisa sobre o Fundo Arquivístico RVC, é possível perceber algumas diretrizes básicas do procedimento metodológico adotado. Todavia, realizou-se um estudo comparativo entre as obras de Dantas (1988) e Bossié (2008) quanto aos procedimentos arquivísticos adotados em Arquivos privados pessoais, para posteriormente analisar os métodos e processos utilizados no Arquivo de RVC. Nesse levantamento, identificou-se que, para a organização de arquivos privados pessoais, são aplicados métodos comuns, apesar da grande diversidade documental apresentada nesses tipos de acervos documentais.

Como resultado, foi possível observar que o Arquivo do Governador conta com uma estrutura adequada e com uma equipe profissional, comprometida e treinada para desenvolver e implantar as técnicas arquivísticas de organização documental. Os documentos textuais e bi-tridimensionais se encontram organizados, obedecendo aos fundamentos arquivísticos. O Arquivo possui instrumentos de pesquisa como o Inventário, um Guia e um site onde o acervo pode ser acessado remotamente. O Quadro de Arranjo nos permite visualizar de forma geral o modo como o acervo está organizado. Entretanto, além do Arquivo, a equipe especializada desenvolve um trabalho técnico no Memorial e na Biblioteca, sendo ambos vinculados ao Departamento de Documentação e Arquivo da FCJA.

Portanto, podemos concluir que a Fundação Casa de José Américo presta um serviço indescritível em termos de contribuição social. O valoroso trabalho técnico desenvolvido na Fundação contribui para preservar a memória dos Governadores e personalidades que marcaram a Paraíba, como o Governador Ricardo Coutinho Vieira, que desenvolveu projetos e ações com muita responsabilidade social, transparência e cidadania ao longo de sua trajetória político estudantil e partidária, deixando um legado considerado de bastante interesse para a pesquisa paraibana.

REFERÊNCIAS

- ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. Disponível em: <http://www.arquivonacional.gov.br/images/pdf/Dicion_Term_Arquiv.pdf>. Acesso em: 18 out. 2018.
- BARROS, Thiago Henrique Bragato; TOGNOLI, Natália Bolfarini. As Implicações Teóricas dos Arquivos Pessoais: elementos conceituais. **Ponto de Acesso**, Salvador, v. 5, n.1, p. 66-84, abr. 2011.
- BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes**: tratamento documental. 4. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- BOSSIÉ, Florencia. Archivos personales: Su tipo particular de organización y tratamiento documental. In: **Actas del Congreso Internacional CELEHIS de literatura**, 3. Mar del Plata, Argentina, 2008.
- BRASIL. **Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991**. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Disponível em: <http://planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18159.htm>. Acesso em: 22 out. 2018.
- CÓRDULA, Ana Cláudia Cruz. **Arquivo Privado Pessoal e de Família**: percepção dos concluintes dos cursos de Arquivologia da cidade de João Pessoa-PB. 2014. Disponível em: <[file:///D:/Meus%20documentos/Downloads/046AnaCludiaCruzCordoba%20\(2\).pdf](file:///D:/Meus%20documentos/Downloads/046AnaCludiaCruzCordoba%20(2).pdf)>. Acesso em: 18 out. 2018.
- DANTAS, Tereza Cristina de Sousa, et al. **Arquivos privados**: procedimentos técnicos. Recife: Massangana, 1988.
- FERNANDES, Irene Rodrigues da Silva (coord.). **Arquivo Ricardo Vieira Coutinho**: Inventário. João Pessoa: A União, 2018.
- FUNDAÇÃO CASA DE JOSÉ AMÉRICO. **Memorial Ricardo Coutinho**. João Pessoa: A União, 2018.
- GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2012.
- GOLDENBERG, Mirian. **A Arte de Pesquisar**: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais. 13ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2013.
- GRAEBIN, Cleusa Maria; PENNA, Rejane Silva. Acervos Privados: indivíduo, sociedade e história. **SAECULUM – Revista de História**, João Pessoa, jul./dez. 2010.
- HEYMANN, Luciana Quillet. Memórias da Elite: arquivos, instituições e projetos memoriais. **R. Pós Ci. Soc.** v. 8, n. 15, jan./jun. 2011.
- SCHELLENBERG, T. R. **Arquivos Modernos**: princípios e técnicas. Tradução: Nilza Teixeira Soares. 6. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.